

**ATA N.º 3/2014**

**COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA, CIM-RC  
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL**

No dia dezanove de dezembro do ano de dois mil e catorze, pelas dezoito horas e trinta e dois minutos, na cidade de Coimbra e no Auditório da Fundação CEFA, deu-se início à terceira sessão do ano dois mil e catorze, da Assembleia Intermunicipal (AI) da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (adiante referida como CIM-RC), constituída nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e para a qual foram convocados os respetivos membros, de acordo com o número 4 do artigo 89.º da referida Lei.

Verificou-se que não estavam presentes os seguintes deputados: Luís da Silva Moreira Gomes, Luís Miguel das Neves Campos, António Alberto Maló de Abreu, Maria Ângela Duarte Pinto Correia, Maria João Ribeiro Simões, Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia, Luís Manuel Mendes Ribeiro, José Manuel Pereira da Costa, Carlos Manuel da Silva Rabadão, Maria Adelaide Gaspar Gonçalves, Renato José dos Santos Vitorino, João Pedro Ferreira Pereira de Melo, Telma Milene Magueta Salvador, Fernando de Jesus Regateiro, Maria de Fátima Simões R. do Vale Ferreira, Afonso Sequeira Abrantes, Alcina Maria Gomes Saraiva, Romão Afonso Pereira, Ricardo Miguel Vicente Serra, Jorge Miguel Neves Pires, João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Arlindo Rui Simões da Cunha, Rui Brito Pereira e Fernando Antunes Marques Macedo.

Encontravam-se presentes os restantes membros, conforme consta da lista de presenças que passará a constar como anexo número um à presente ata.

A representar o Conselho Executivo Intermunicipal da CIM-Região de Coimbra, por impedimento de presença do Presidente do CI, esteve Ricardo Pereira Alves, na qualidade de Vice-Presidente do CI, bem como o Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Manuel Teixeira Bento.

De acordo com o estatuído na alínea b) do artigo 86.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, dirigiu os trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.

O Presidente da Mesa autorizou os serviços da CIM-RC a gravar a presente sessão, para efeitos administrativos. Informou que o Regimento será brevemente alterado em alguns aspetos, pelos membros da mesa, nomeadamente no que concerne ao procedimento de convocação da reunião e das substituições dos Senhores deputados.

**1. Apreciação da Ata n.º 2/2014, de 23 de abril**

O Presidente da Mesa colocou a ata n.º 2 de 23 de abril de 2014 à apreciação dos presentes tendo o deputado Fernando Marta, da Assembleia Municipal de Vila Nova de Poiares, solicitado a correção do seu apelido no documento apresentado. O Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor deputado e disse que a ata será corrigida de imediato.

**Submetida a votação da ata n.º 2/2014, de 23 de abril, foi a mesma aprovada por unanimidade.**

**2. Período Antes da Ordem do Dia**

**Ferrovia e Rodovia a Norte de Coimbra e Requalificação do troço ferroviário Luso-Mortágua: uma proposta nova**

Tomou a palavra o deputado da Assembleia Municipal de Mortágua, José Matos Carvalho, pretendendo apresentar uma proposta de troço ferroviário entre Pego e Mortágua e outra de troços

rodoviários que articulam o IC2, IP3 e IC12 e que ligam Coimbra, Mealhada, Anadia e Mortágua. Realçou que estas propostas foram apresentadas no Diário de Coimbra, respetivamente em 23 de setembro e em 14 de julho de 2014.

De seguida leu as propostas mencionadas que constarão da presente ata como anexos um e dois respetivamente. Solicitou, ainda, a sua divulgação por todos os membros aqui presentes o que mereceu a concordância do Presidente da Mesa.

#### **Ramal da Lousã**

Interveio o deputado João Germano Mourato Leal Pinto, Presidente da Assembleia Municipal de Miranda do Corvo mostrando-se descontente com a posição assumida pelo Governo sobre o ramal da Lousã. Informou que o concelho de Miranda do Corvo não aceita outra solução que não seja um transporte sobre carris, ou comboio ou metro. Julga que existe falta de vontade política em resolver esta questão e por essa razão apelou à CIM-RC que tome uma posição sobre este assunto o mais rapidamente possível.

Também a deputada Celeste Cardoso, da Assembleia Municipal de Miranda do Corvo, pretendeu abordar este assunto solicitando à CIM-RC uma maior intervenção junto do Governo ou através de comunicados para a comunicação social.

Interveio o deputado José Reis, da Assembleia Municipal de Coimbra, considerando este tema pertinente. Considerou o metro um equipamento de interesse comum a alguns municípios, suas populações e serviços centrados nesta área intermunicipal. Entende que este meio de transporte irá beneficiar as populações em termos de mobilidade, de poupança de tempo e até de economia. Entende que este projeto merece ser discutido nesta sede pois há soluções que comportam objetivos que devem ser devidamente analisados.

De seguida tomou a palavra o deputado Manuel Rocha, da Assembleia Municipal de Coimbra, dizendo que este órgão deverá defender soluções integradas para o desenvolvimento e futuro da região. Considera que a solução metro não é a que mais favorece a região, pois para haver desenvolvimento da região deverá haver uma ligação ferroviária, a rede de transporte ferroviário é um elemento importante no desenvolvimento regional, nacional e inclusive europeu. Aproveitou para referir que também o porto da Figueira da Foz é uma entrada importante de mercadorias e por essa razão entende que deve ser valorizado.

#### **Aceitação por parte da CIM-RC dos bens da Assembleia Distrital**

Sobre este tema o deputado João Germano Mourato Leal Pinto, Presidente da Assembleia Municipal de Miranda do Corvo, revelou ter tido conhecimento que a CIM-RC aceitou a transferência dos bens da Assembleia Distrital. Alertou para os inúmeros prédios rústicos localizados em Semide, que se encontram ao abandono e que qualquer dia ficam entregues aos possuidores dos mesmos por usucapião.

Solicitou uma maior interligação entre o Conselho Intermunicipal e os deputados intermunicipais para que haja maior troca de informações.

Tomou a palavra o deputado José Manuel Ferreira da Silva, Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra dizendo que caberá à CIM-RC apurar as benfeitorias realizadas a determinados bens, dando como exemplo o caso do aeródromo de Coimbra, a fim de indemnizar os municípios que neles investiram. Apelou à CIM-RC que tenha noção dos direitos e obrigações que este património acarreta.

#### **Conclusão urgente da obra hidrográfica do Baixo Mondego**

Relativamente a este assunto, interveio o deputado Manuel Rocha, da Assembleia Municipal de Coimbra dizendo que se devem ativar os instrumentos para melhorar a vida das pessoas, no seu dia-a-dia e deve-se evitar falar muito de empreendedorismo que não é tão essencial para a melhoria da vida das pessoas.

#### **Intervenção de Ricardo Alves – Vice-Presidente do CI**

Tomou a palavra o Vice-Presidente do CI, Ricardo Alves, justificando a ausência do Presidente do CI devido à simultaneidade da sessão da Assembleia Municipal da Figueira da Foz.

No que concerne à criação do metro do Mondego salientou que o CI já efetuou diversas demonstrações públicas em defesa das populações da Lousã, de Miranda do Corvo e de Coimbra, considerando urgente a tomada de posição do Governo sobre esta matéria, apelando a que no mínimo se recolha o sistema de mobilidade existente antes de terem sido retirados os carris.

Relativamente à aceitação da universalidade dos bens provenientes da Assembleia Distrital, disse que a CIM-RC irá analisar os bens em diálogo estreito com cada um dos municípios envolvidos e procurar discutir de uma forma aberta, quais os investimentos e quais os benefícios que tiveram com esses bens.

O Presidente da Mesa agradeceu a todos os contributos prestados, salientou que é necessário ir para além do horizonte municipal e que se deve criar um espírito regional que encontre soluções comuns para os problemas comuns de todos os municípios desta região.

A propósito da aceitação do património da Assembleia Distrital, enfatizou que a negociação deverá ser transparente e mais ampla do que a vantagem do negócio que daí possa surgir.

### **3. Ordem do Dia**

#### **3.1. Relação dos compromissos plurianuais referentes ano 2014, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Informação**

O Vice-Presidente do CI, Ricardo Alves, referiu tratar-se da informação n.º 256/2014 na qual constam os compromissos plurianuais assumidos pela CIM-RC que vem a este órgão para conhecimento.

**A Assembleia Intermunicipal tomou conhecimento.**

#### **3.2. Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso para o ano 2015 - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Apreciação e Votação**

Tomou a palavra o Vice-Presidente do CI, Ricardo Alves, explicando tratar-se de uma proposta de autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais que resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano e cujos encargos não excedam o limite de 99.759.58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

**A Assembleia Intermunicipal aprovou por maioria, deliberar a emissão da autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais, com quarenta e sete votos a favor e três abstenções.**

#### **3.3. Revisão Orçamental n.º 2/2014 - Apreciação e Votação**

O Presidente da Mesa solicitou ao Sr. Vice-Presidente do CI se poderia elucidar os presentes sobre a redução do valor global de 32,5% em relação ao orçamento inicial.

Tomou a palavra o Vice-Presidente do CI, Ricardo Alves, elucidando que houve alguma expectativa de que alguns projetos de natureza intermunicipal pudessem ter uma envolvente financeira neste ano de 2014, porém verificou-se que alguns projetos submetidos a candidaturas a fundos comunitários não tiveram execução e daí surgiu essa redução do valor global.

**A Assembleia Intermunicipal aprovou por maioria, a revisão orçamental n.º 2/2014, com quarenta e seis votos a favor e quatro abstenções.**

**3.4. Opções do Plano e Orçamento de 2015, nos termos da alínea b), do artigo 84.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - *Apreciação e Votação***

Interveio o Vice-Presidente do CI, Ricardo Alves, sublinhando que na base da elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 existe uma grande expectativa dos FEEI disponíveis, como o PO Centro 2020 e ao futuro ITI. Saliu que em termos estratégicos as opções do Plano de Ação estão alicerçadas em cinco eixos e passou a fazer uma exposição detalhada dos mesmos.

Pediu a palavra o deputado Carlos Mendes, da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, que pese embora lamente as poucas sessões deste órgão, teve oportunidade de analisar com cuidado o documento apresentado e vota favoravelmente.

Interveio o deputado Manuel Rocha da Assembleia Municipal de Coimbra dizendo não denotar nestas opções nada que seja realizável, são boas ideias mas difusas e por essa razão não irá votar favoravelmente.

**A Assembleia Intermunicipal aprovou por maioria, as Opções do Plano e Orçamento de 2015, com quarenta e dois votos a favor e três abstenções.**

**4. Outros assuntos**

**Resposta ao deputado Manuel Rocha**

O Vice-Presidente do CI, Ricardo Alves, esclareceu que as Opções do Plano e Orçamento de 2015 não podem ser desligados do Plano Estratégico amplamente discutido e divulgado. Saliu que a metodologia de trabalho tem sido o envolvimento não apenas das autarquias, mas de todas as entidades convidadas a participar, que se envolveram e deram os seus contributos. Espera que todos possam dar o seu melhor contributo, ao seu melhor nível, no sentido da sua concretização.

Sobre a questão do desenvolvimento do empreendedorismo, pretende que seja possível estimular desde os mais jovens para uma cultura empreendedora no sentido das pessoas desenvolverem os seus projetos de vida contribuindo para a criação de riqueza e reforço da coesão social, valorizando assim a região.

**Aceitação da Universalidade dos bens da Assembleia Distrital**

O Vice-Presidente do CI informou que o CI deliberou na reunião de dia 09 de dezembro de 2014, aceitar a transferência da universalidade dos bens da Assembleia Distrital.

**Agradecimentos**

Em nome do Executivo deu ainda nota do profundo reconhecimento pelo trabalho notável e de excelência que tem sido desenvolvido pelo Secretário Executivo Intermunicipal, bem como por toda a equipa que o acompanha.

O Presidente da Mesa agradeceu o trabalho desenvolvido pela Equipa Administrativa e Financeira da CIM-RC para que estes trabalhos decorressem da melhor forma. Agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Vice-Presidente do CI e aos membros da mesa e especialmente ao Secretário Executivo Intermunicipal que referiu ser um exemplo de dedicação a esta CIM-RC. Finalizou a sua intervenção desejando a todos votos de Boas Festas.

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente da Mesa, solicitou aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida. Não havendo objeções, a ata e as deliberações foram aprovadas em minuta.

Nada mais tendo sido tratado, e sendo cerca de dezanove horas e quarenta e quatro minutos, foi lavrada para constar a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada. \_\_\_\_\_

Coimbra, 29 de dezembro de 2014

\_\_\_\_\_  
(Presidente da Mesa)

\_\_\_\_\_  
(Vice-Presidente da Mesa)

\_\_\_\_\_  
(Secretário da Mesa)